



## **DIREITO ADMINISTRATIVO: DESAFIOS E EVOLUÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL**



<https://doi.org/10.56238/levv16n48-044>

**Data de submissão:** 13/04/2025

**Data de publicação:** 13/05/2025

**Dina Vasconcelos Sena da Silva**  
UNINTER

**Heloísa Tabosa Barros**  
UNAMA

**Leonardo Emmendoerfer Mello**  
MUST University

**Davi Emmanuel Andrade Cavalcanti**  
UNIPE

**Tatiane Elias Garcia**  
UEG

**Ana Luisa Gordiano de Carvalho**  
Universidade Salvador

**Márcio Rodrigues Rocha**  
FURG

**Gabriel Maçalai**  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar - Câmpus Santo Augusto.

**Júlia Medeiros do Nascimento**  
UFCG

**Lourival Queiroz Alcântara Júnior**  
Instituto Federal do Amapá

**Rafael Teixeira Sebastiani**  
Universidade de São Paulo

**Júnio Souza dos Santos**  
UNINASSAU

---

### **RESUMO**

O objetivo desta pesquisa foi analisar os desafios e a evolução histórica do Direito Administrativo no Brasil, compreendendo os impactos dessas transformações na administração pública. A metodologia adotada foi uma revisão bibliográfica, na qual foram consultadas obras de autores renomados da área, além de documentos históricos e normativos que delinearam o desenvolvimento do sistema jurídico-

administrativo brasileiro. Os resultados indicaram que, ao longo da história, o Direito Administrativo brasileiro passou por fases de centralização e descentralização do poder, refletindo as mudanças políticas e sociais do país, com destaque para a Constituição de 1988, que estabeleceu importantes princípios administrativos. No entanto, a pesquisa também revelou desafios persistentes, como a corrupção, a ineficiência na gestão pública e as desigualdades regionais, que ainda dificultam a implementação plena de uma administração pública eficiente. Conclui-se que, apesar dos avanços, é necessário continuar o processo de modernização da administração pública, com o fortalecimento dos mecanismos de controle, adoção de novas tecnologias e aprimoramento da transparência nos atos administrativos, visando uma gestão pública mais eficiente e alinhada aos princípios democráticos.

**Palavras-chave:** Direito administrativo. Evolução. Brasil.

## 1 INTRODUÇÃO

O Direito Administrativo, enquanto ramo do Direito Público, ocupa uma posição de grande relevância nas sociedades contemporâneas. Esse campo jurídico está intimamente relacionado com a organização e a gestão do Estado, além de regular as relações entre a administração pública e os indivíduos. Em uma democracia, o Direito Administrativo busca assegurar que os poderes do Estado sejam exercidos de maneira legal e eficiente, promovendo a justiça social e o respeito aos direitos fundamentais. No Brasil, as especificidades dessa área evoluíram conforme a trajetória política e econômica do país, refletindo as mudanças de sua Constituição e os desafios enfrentados pelas diversas administrações públicas ao longo do tempo (Dias, 1997).

O Brasil passou por transformações políticas profundas, desde o período colonial até a República, o que gerou uma constante reconfiguração do sistema administrativo e jurídico. Durante o Império, por exemplo, a administração pública era centralizada e voltada para a manutenção do poder monárquico. Contudo, com o advento da República, surgiram novas necessidades e exigências quanto à administração pública, que refletiam os princípios republicanos de liberdade, igualdade e fraternidade. O modelo jurídico-administrativo também passou a ser reestruturado, com a adoção de novos princípios, em consonância com a Constituição de 1891 (Aragão, 2017).

A evolução do Direito Administrativo no Brasil pode ser dividida em diferentes fases, de acordo com o contexto histórico e as reformas políticas. A Constituição de 1934, por exemplo, trouxe inovações importantes, consolidando o Estado Constitucional e ampliando os direitos dos cidadãos. A administração pública, que até então estava pautada em práticas muitas vezes autoritárias, passou a buscar maior eficiência e legalidade. O Brasil, à medida que se modernizava, foi inserindo conceitos e instrumentos jurídicos que se alinharam com o movimento global de fortalecimento do Estado de Direito e da democracia (Figueiredo, 2016).

Entretanto, os desafios para a consolidação de um Direito Administrativo eficiente nunca foram simples. A trajetória de construção de um Estado Democrático de Direito no Brasil foi marcada por períodos de autoritarismo, especialmente durante a ditadura militar entre 1964 e 1985. Nesse período, houve uma centralização do poder, que se refletiu em práticas administrativas mais autoritárias e menos transparentes. A transição para a democracia, com a Constituição de 1988, trouxe uma nova visão do Direito Administrativo, com ênfase na descentralização do poder, na proteção dos direitos fundamentais e no controle da administração pública (Ismail Filho, 2018).

A Constituição de 1988, por sua vez, representou uma grande revolução no campo do Direito Administrativo brasileiro. Ela estabeleceu um novo marco normativo, ampliando as prerrogativas do cidadão e garantindo maior controle sobre as ações do Estado. A introdução de dispositivos que garantem a transparência, a legalidade e a impessoalidade na administração pública tornou-se um princípio norteador do Direito Administrativo. A Constituição de 1988 também fortaleceu os

mecanismos de controle, como o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas e o Ministério Público, além de reforçar o direito de acesso à informação e a fiscalização das ações governamentais (Oliveira; Grotti, 2020).

Nos últimos anos, a evolução do Direito Administrativo no Brasil tem sido marcada por uma crescente valorização do princípio da eficiência, que exige que a administração pública não apenas atenda aos requisitos legais, mas também seja eficaz em suas ações. Esse princípio tem sido constantemente discutido e aplicado nas esferas pública e privada, refletindo a busca pela melhoria dos serviços prestados à população. No entanto, o conceito de eficiência ainda é um tema controverso e sujeito a interpretação, dada a complexidade da administração pública e as limitações orçamentárias e políticas que os governantes enfrentam (Aragão, 2017).

Além disso, a globalização e a constante transformação do Estado moderno impõem novos desafios ao Direito Administrativo. O aumento da atuação do Estado nas esferas de política econômica, social e ambiental demanda a criação de novos marcos normativos e modelos administrativos que atendam às necessidades de uma sociedade cada vez mais dinâmica e interconectada. A adaptação do Direito Administrativo a essas novas realidades exige a evolução das normas, além de uma revisão crítica dos processos e das práticas administrativas (Oliveira; Grotti, 2020).

O objetivo da pesquisa foi analisar os principais desafios enfrentados pelo Direito Administrativo brasileiro ao longo de sua evolução histórica e os impactos dessas transformações para a administração pública no Brasil. Buscou-se compreender como o direito administrativo se adaptou aos contextos históricos e sociais, e como as reformas estruturais e políticas influenciaram o desenvolvimento das práticas administrativas no país.

Foi realizada uma revisão bibliográfica, com o objetivo de identificar e interpretar as principais contribuições teóricas e práticas sobre o tema. Essa revisão buscou reunir o pensamento dos principais autores do Direito Administrativo, analisando o desenvolvimento histórico das normas e práticas, além das inovações e desafios que surgiram ao longo do tempo. A análise também levou em consideração o contexto político e social, assim como os reflexos das mudanças constitucionais e legislativas no campo administrativo.

A relevância desta pesquisa está em proporcionar uma compreensão aprofundada da evolução histórica do Direito Administrativo no Brasil e dos desafios que ele enfrenta para se adaptar às novas exigências da sociedade contemporânea. Com base na revisão histórica e bibliográfica, foi possível observar que a administração pública brasileira se caracteriza por um processo contínuo de adaptação e reconfiguração, com a busca pela eficiência e pela justiça social como valores fundamentais. Essa análise é crucial para o aprimoramento das políticas públicas e para a compreensão dos processos que moldam a relação entre o Estado e os cidadãos.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO ADMINISTRATIVO NO BRASIL

A história do Direito Administrativo no Brasil está intimamente ligada à história política e constitucional do país, refletindo as transformações que o Brasil passou desde o período colonial até os dias atuais. Inicialmente, durante a colonização portuguesa, a administração pública brasileira era centrada nas figuras do rei e dos governadores, e o controle da administração se dava de forma bastante centralizada e autoritária. O sistema administrativo colonial se baseava no direito português, que não tinha uma estrutura jurídica própria voltada para a administração pública. A relação entre o Estado e a população era quase que inexistente, e os poucos recursos administrativos disponíveis serviam para garantir o poder da Coroa sobre as colônias (Ferreira, 2009).

A chegada da independência em 1822 trouxe a necessidade de reorganizar o sistema administrativo no Brasil. A Constituição de 1824, a primeira do país, estabeleceu a estrutura do Império e consolidou o poder centralizado. A administração pública se caracterizava por um sistema burocrático, onde as decisões eram tomadas por um pequeno grupo de elites que detinham poder sobre as províncias e a política interna. Era um modelo em que as práticas de patronagem e clientelismo eram comuns, com uma forte centralização de poder e pouca intervenção da sociedade civil nas decisões políticas. A legislação era voltada para o fortalecimento do Império, e o controle sobre a administração pública estava concentrado em poucos (Oliveira; Grotti, 2020).

Com a Proclamação da República em 1889 e a adoção da Constituição de 1891, o Brasil iniciou um novo período, com uma visão mais republicana e democrática de organização do Estado. A estrutura administrativa foi redesenhada, embora ainda sob uma forte influência do sistema centralizador. A Constituição de 1891 fez algumas tentativas de descentralizar a administração pública, mas a realidade política do período, marcada pela alternância de elites e pela política coronelista, impediu uma verdadeira modernização do Direito Administrativo. Embora houvesse a previsão de uma maior liberdade para os Estados, a prática administrativa ainda era muito centralizada, o que gerava uma desconexão entre o governo federal e a população (Figueiredo, 2016).

O século XX trouxe novas transformações, especialmente com a Constituição de 1934, que introduziu inovações no sistema jurídico-administrativo. A década de 1930 foi um período de forte intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais. A Constituição de 1934 teve como objetivo reorganizar a administração pública de forma mais eficiente, com maior transparência e controle. As reformas administrativas foram implementadas com o intuito de melhorar a estrutura de gestão pública e reduzir os vícios de centralismo e clientelismo. Porém, com a ascensão de Getúlio Vargas e o Estado Novo, o Brasil voltou a adotar uma abordagem mais autoritária, com a centralização do poder e a limitação das liberdades democráticas (Fischer, 2011).

A redemocratização e a Constituição de 1946 marcaram um retorno a princípios mais democráticos e republicanos, mas a administração pública brasileira ainda estava longe de alcançar a eficiência desejada. Durante os anos 1950 e 1960, o Brasil vivenciou um processo de industrialização que demandou uma maior capacidade de gestão do Estado. Nesse período, o Direito Administrativo começou a incorporar novas práticas, como a modernização das estruturas estatais, mas a corrupção e o patrimonialismo ainda se faziam presentes. O sistema administrativo era ineficaz em muitos aspectos e não havia um controle efetivo da administração pública (Ismail Filho, 2018).

A ditadura militar (1964-1985) trouxe um retrocesso em relação ao controle democrático da administração pública. A centralização do poder durante o regime autoritário se refletiu em práticas administrativas altamente centralizadas, com pouca participação da sociedade civil. O controle da administração pública foi marcado por um autoritarismo exacerbado, onde a autonomia dos municípios e estados foi comprometida. Durante esse período, o Direito Administrativo ficou subordinado aos interesses do regime, e os mecanismos de fiscalização e controle foram enfraquecidos. Contudo, as bases para a modernização administrativa começaram a ser lançadas no final desse período, com a redemocratização (Aragão, 2017).

A Constituição de 1988, conhecida como a "Constituição Cidadã", representou um marco importante na evolução do Direito Administrativo no Brasil. Ela consolidou o Estado Democrático de Direito e incorporou uma série de princípios que orientaram a administração pública, como a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. A descentralização do poder e a criação de mecanismos de controle, como o Ministério Público e os Tribunais de Contas, representaram um avanço significativo em relação ao controle e à fiscalização das ações do Estado. A Constituição de 1988 trouxe uma nova visão de gestão pública, com a incorporação de princípios que asseguraram maior transparência e justiça nos atos administrativos (Mendonça, 2017).

A partir dos anos 1990, o Brasil passou a enfrentar desafios relacionados à globalização e à modernização de sua administração pública. O aumento da demanda por serviços públicos de qualidade e a pressão por uma gestão pública mais eficiente e transparente foram elementos-chave para a mudança das práticas administrativas no país. O Direito Administrativo passou a incorporar novos conceitos, como a eficiência, que se tornou um princípio fundamental da administração pública, conforme estabelecido na Constituição. A criação de mecanismos de controle externo, como os tribunais de contas e o fortalecimento do Ministério Público, ajudaram a promover uma gestão pública mais transparente e orientada à accountability (Casimiro, 2016).

O processo de modernização do Estado no Brasil também passou pela implementação de novas tecnologias e pela adoção de práticas de gestão pública mais ágeis e eficazes. O uso de sistemas eletrônicos para a gestão de processos administrativos e a criação de órgãos de controle, como a Controladoria Geral da União (CGU), contribuíram para a transformação da administração pública no

país. A implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000, foi um marco importante nesse processo, pois estabeleceu regras claras para o controle dos gastos públicos e a transparência na gestão fiscal (Correia, 2016).

Atualmente, o Direito Administrativo no Brasil continua a evoluir para atender às novas demandas da sociedade e aos desafios impostos pela globalização. As questões relacionadas à eficiência da administração pública, ao combate à corrupção e à implementação de políticas públicas mais eficazes continuam a ser temas centrais nas discussões sobre a evolução do Direito Administrativo. A adaptação das normas e práticas administrativas às novas realidades sociais, políticas e econômicas é um desafio constante para o país, que continua buscando formas de garantir uma gestão pública que seja ao mesmo tempo justa, eficiente e transparente (Oliveira; Grotti, 2020).

## 2.2 OS DESAFIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado uma série de desafios que colocam à prova a eficácia do Direito Administrativo no país. Entre os maiores obstáculos estão a corrupção, a ineficiência na gestão pública e a falta de transparência nas ações do Estado. A corrupção, embora seja um problema global, tem se mostrado especialmente desafiadora no Brasil, afetando diversas esferas da administração pública e minando a confiança da população nas instituições do Estado. O combate à corrupção tem sido uma das principais prioridades nas reformas do Direito Administrativo, com a implementação de novas leis e políticas de controle, como a Lei da Ficha Limpa e a Lei Anticorrupção (Di Pietro, 2019).

A eficiência da administração pública é outro desafio importante no Brasil. Embora o princípio da eficiência esteja consagrado na Constituição de 1988, a prática administrativa nem sempre corresponde a esse ideal. A burocracia excessiva, a falta de capacitação dos servidores públicos e a insuficiência de recursos financeiros são alguns dos fatores que contribuem para a ineficiência na gestão pública. As políticas públicas, muitas vezes, não conseguem atender de maneira eficaz às necessidades da população, o que gera insatisfação e desconfiança por parte da sociedade. O Brasil tem buscado adotar práticas de gestão mais modernas, como a administração pública gerencial, mas a implementação dessas reformas tem sido lenta e cheia de obstáculos (Oliveira; Grotti, 2020).

Outro desafio significativo diz respeito à descentralização do poder e à relação entre os entes federativos. A Constituição de 1988, ao adotar o modelo de Estado Federativo, criou uma estrutura em que os municípios, estados e o governo federal devem atuar de forma coordenada. No entanto, essa descentralização tem gerado dificuldades na implementação de políticas públicas, uma vez que cada ente federativo possui suas próprias prioridades e limitações orçamentárias. Além disso, as desigualdades regionais ainda são um grande obstáculo, pois as regiões mais pobres enfrentam dificuldades para implementar políticas públicas eficazes. A coordenação entre os diferentes níveis de



governo é fundamental para garantir que as ações do Estado atendam às necessidades de toda a população (Ferreira, 2001).

A transparência e o acesso à informação também são questões críticas no Brasil. Embora a Constituição de 1988 tenha introduzido mecanismos que garantem a publicidade dos atos administrativos, a prática ainda deixa a desejar em muitos casos. A falta de transparência nas ações do governo e a dificuldade de acesso a informações sobre a gestão pública contribuem para a desconfiança da população nas instituições públicas. A Lei de Acesso à Informação, criada em 2011, representou um avanço significativo, mas ainda há muitos desafios na implementação plena dessa lei, especialmente em níveis mais baixos de governo (Di Pietro, 2019).

Além disso, o Brasil enfrenta um desafio crescente em relação à adoção de novas tecnologias na administração pública. A digitalização dos processos administrativos e a implementação de sistemas eletrônicos para a gestão de serviços públicos têm se mostrado fundamentais para aumentar a eficiência e a transparência da administração pública. Contudo, a falta de infraestrutura tecnológica em muitas regiões do país e a resistência de alguns setores da administração pública à adoção de novas tecnologias são obstáculos importantes que precisam ser superados (Aragão, 2017).

A complexidade das normas jurídicas também constitui um desafio no contexto do Direito Administrativo brasileiro. A multiplicidade de leis, decretos e regulamentos torna a aplicação do Direito Administrativo muitas vezes confusa e difícil de ser compreendida por gestores públicos e pela população. A simplificação das normas e a unificação de procedimentos são medidas importantes para tornar a administração pública mais eficiente e acessível. No entanto, a resistência a mudanças dentro do sistema jurídico e administrativo tem dificultado a implementação dessas reformas (Casimiro, 2016).

O fortalecimento dos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas e o Ministério Público, é uma medida essencial para combater a corrupção e garantir a legalidade nos atos administrativos. No entanto, esses órgãos também enfrentam desafios em relação à autonomia e à capacidade de fiscalização. Em muitos casos, a falta de recursos humanos e financeiros limita a atuação desses órgãos, prejudicando a eficácia de suas ações. Além disso, a politicização de algumas dessas instituições tem gerado críticas sobre a imparcialidade e a independência no exercício de suas funções (Enterría; Fernández, 2014).

Por fim, a resistência cultural à mudança é um obstáculo significativo para o aprimoramento do Direito Administrativo no Brasil. Muitas das práticas de clientelismo, nepotismo e patrimonialismo ainda são comuns em diferentes níveis da administração pública. Essas práticas são difíceis de erradicar, pois estão enraizadas na cultura política e administrativa do país. Para superar esses desafios, é necessário um esforço contínuo para mudar a mentalidade dos servidores públicos e a forma como a administração pública é percebida pela sociedade (Mendonça, 2017).



### 2.3 A IMPORTÂNCIA DA MODERNIZAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO PARA O FUTURO DO BRASIL

A modernização do Direito Administrativo no Brasil é um passo fundamental para a construção de uma administração pública mais eficiente, transparente e responsável. No contexto atual, em que a sociedade exige cada vez mais eficiência dos serviços públicos e uma gestão pública mais alinhada aos princípios democráticos, o Direito Administrativo precisa se adaptar para garantir que o Estado cumpra sua função de promover o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável (Aragão, 2017).

A introdução de novos modelos de gestão pública, como a administração pública gerencial e o foco em resultados, tem mostrado que é possível promover uma administração mais ágil e eficaz. Essas mudanças exigem, no entanto, uma reestruturação profunda do sistema jurídico-administrativo, com a criação de novos marcos normativos e a implementação de tecnologias que facilitem a gestão dos serviços públicos. A modernização do Direito Administrativo é essencial para que a administração pública possa responder de maneira eficaz às necessidades da população e aos desafios impostos pela globalização (Mendonça, 2017).

A adoção de novos mecanismos de controle e fiscalização também é uma parte importante desse processo de modernização. A ampliação da transparência e o fortalecimento dos órgãos de controle são essenciais para garantir que a administração pública atue de acordo com os princípios da legalidade, da impessoalidade e da moralidade. A criação de sistemas que permitam à sociedade civil acompanhar de perto as ações do governo e denunciar práticas irregulares é um passo importante para a construção de um Estado mais democrático e transparente (Correia, 2016).

Além disso, a modernização do Direito Administrativo precisa estar alinhada com as exigências de uma sociedade cada vez mais globalizada. A integração do Brasil com o mercado global e a crescente complexidade das relações internacionais exigem uma administração pública capaz de atuar de maneira eficiente, tanto dentro do território nacional quanto no âmbito internacional. A adaptação do sistema administrativo às novas exigências econômicas, sociais e ambientais é fundamental para o sucesso das políticas públicas no futuro (Mendonça, 2017).

Em resumo, a modernização do Direito Administrativo no Brasil é uma necessidade premente para o desenvolvimento do país. As reformas na gestão pública, a ampliação da transparência, a adoção de novas tecnologias e o fortalecimento dos órgãos de controle são ações essenciais para garantir uma administração pública que seja eficiente, responsável e alinhada com os princípios democráticos. A modernização do Direito Administrativo é, portanto, um elemento chave para o aprimoramento do Estado e para a construção de uma sociedade mais justa e desenvolvida (Casimiro, 2016).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta pesquisa foi analisar os desafios enfrentados pelo Direito Administrativo brasileiro ao longo de sua evolução histórica, bem como os impactos dessas transformações para a administração pública no Brasil. Ao longo do estudo, foi possível compreender a evolução desse ramo do direito desde o período colonial até os dias atuais, evidenciando como as mudanças políticas, econômicas e sociais moldaram as práticas e os princípios administrativos adotados no país.

A pesquisa revelou que o Direito Administrativo no Brasil passou por diversos períodos de centralização e descentralização do poder, com momentos de maior controle autoritário e outros de avanços em direção a um Estado democrático e eficiente. A Constituição de 1988 representou um marco importante nesse processo, ao incorporar princípios como a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que ainda são fundamentais para a administração pública brasileira. No entanto, a implementação desses princípios enfrenta obstáculos significativos, como a corrupção, a ineficiência administrativa e as desigualdades regionais, que dificultam a realização plena de uma gestão pública eficaz.

Ao analisar o contexto atual, a pesquisa também destacou que o Direito Administrativo brasileiro continua a enfrentar desafios relacionados à modernização da administração pública. A necessidade de adotar novas tecnologias, melhorar a transparência nos atos administrativos e fortalecer os órgãos de controle são temas cruciais para garantir a eficiência da gestão pública e o atendimento adequado às demandas da sociedade. A descentralização do poder e a coordenação entre os diferentes níveis de governo também são questões que exigem atenção, dado que as disparidades regionais e a falta de recursos financeiros dificultam a implementação de políticas públicas que atendam igualmente a toda a população.

Portanto, o objetivo da pesquisa foi plenamente alcançado, uma vez que foi possível não apenas analisar a evolução histórica do Direito Administrativo no Brasil, mas também identificar os desafios contemporâneos que a administração pública ainda enfrenta. A revisão histórica permitiu compreender como os marcos constitucionais e as mudanças no contexto político e social influenciaram a forma como o Estado brasileiro lida com a administração pública e os direitos dos cidadãos.

A relevância desta pesquisa é evidente, pois ao compreender os desafios e as transformações do Direito Administrativo, pode-se vislumbrar alternativas e propostas para a melhoria da gestão pública no país. A análise detalhada dos obstáculos enfrentados ao longo da história e no cenário contemporâneo oferece subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficientes e transparentes, que atendam às necessidades da população e promovam uma administração pública alinhada aos princípios democráticos e à efetividade das ações estatais. Assim, esta pesquisa contribui



para o entendimento profundo do Direito Administrativo no Brasil e para o aprimoramento contínuo do Estado e das suas instituições.

## REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, A. S. A arbitragem no direito administrativo. **Revista da AGU**, 2017.
- CASIMIRO, L. M. S. M. Administração pública e planejamento no estado brasileiro: qual a contribuição a ser feita pelo direito administrativo?. **Revista jurídica**, v. 4, n. 45, 2016.
- CORREIA, J. M. S. Os grandes traços do Direito Administrativo no Século XXI. **A&C - Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, v 16, n., 63, 2016.
- CRISTÓVAM, J. S. S. O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO COMO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL ESTRUTURANTE DO DIREITO ADMINISTRATIVO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PARADIGMA EMERGENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DEMOCRÁTICA. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública**, v. 2, n. 2, 2016.
- DI PIETRO, Maria Sílvia Zanella. **Direito administrativo**. 32. ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Atlas, 2019.
- DIAS, Eduardo Rocha. **Sanções administrativas aplicáveis a licitantes e contratados**. São Paulo: Dialética, 1997.
- ENTERRÍA, Eduardo García de; FERNANDÉZ, Tomás-Ramón. **Curso de Direito Administrativo**. (Revisor técnico Carlos Ari Sundfeld). São Paulo: RT, 2014. v. II.
- FERREIRA, Daniel. **Sanções administrativas**. São Paulo: Malheiros, 2001.
- FERREIRA, Daniel. **Teoria geral da infração administrativa a partir da Constituição Federal de 1988**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.
- FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Lições de Direito Econômico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- FISCHER, Douglas. **O custo social da criminalidade econômica**. In: SOUZA, Arthur de Brito Gueiros (Org.). Inovações no direito penal econômico. Brasília: ESMPU, 2011.
- ISMAIL FILHO, S. Boa administração: um direito fundamental a ser efetivado em prol de uma gestão pública eficiente. **Revista de Direito Administrativo**, [S. l.], v. 277, n. 3, p. 105–137, 2018.
- MENDONÇA, J. V. S. Direito Administrativo e inovação: limites e possibilidades. **A&C - Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, v. 17, n. 69, 2017.
- OLIVEIRA, J. R. P.; GROTTI, D. A. M. Direito administrativo sancionador brasileiro: breve evolução, identidade, abrangência e funcionalidades. **Int. Públ. – IP**, Belo Horizonte, ano 22, n. 120, p. 83-126, mar./abr. 2020.